



Número: **0823822-68.2017.8.20.5106**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM**

Órgão julgador: **5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

Última distribuição : **10/10/2018**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA (AUTOR)		RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
16356904	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).5</a>	Procuração
16356942	29/12/2017 12:20	<a href="#">Substalecimentos</a>	Substabelecimento
16357154	29/12/2017 12:20	<a href="#">negativa</a>	Outros documentos
16357323	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).15</a>	Outros documentos
16357383	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).13</a>	Outros documentos
16357407	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).14</a>	Outros documentos
16357440	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).12</a>	Outros documentos
16357480	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).11</a>	Outros documentos
16357652	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).10</a>	Outros documentos
16357793	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).9</a>	Outros documentos
16357823	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).8</a>	Outros documentos
16357888	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).7</a>	Outros documentos
16357934	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).4</a>	Outros documentos
16357971	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).3</a>	Outros documentos
16358007	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).2</a>	Outros documentos
16358051	29/12/2017 12:20	<a href="#">Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).1</a>	Outros documentos
16961410	08/01/2018 12:10	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
19575679	19/04/2018 10:55	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
30794950	20/08/2018 15:12	<a href="#">Citação</a>	Citação

30811 479	21/08/2018 08:30	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
34282 048	30/10/2018 09:02	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
34691 752	13/11/2018 18:23	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
34804 230	19/11/2018 13:23	<a href="#">Intimação</a>	Intimação
41589 746	08/04/2019 10:38	<a href="#">Certidão</a>	Certidão
42032 876	16/04/2019 10:36	<a href="#">Intimação</a>	Intimação

**PROCURAÇÃO**  
**“AD JUDICIA ET EXTRA”**

**OUTORGANTE:**

\_\_\_\_\_, inscrito no CPF\MF \_\_\_\_\_, residente na \_\_\_\_\_.

**OUTOGARDO:**

Pelo presente instrumento de procuração ao final assinada, nomeia e constitui seus bastantes procuradores os senhores doutores **MARCELO VITOR JALES RODRIGUES**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o n. 9.732 e **JERONIMO AZEVEDO BOLÃO NETO**, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados Brasil, Seccional do Rio Grande do Norte, sob o n. 12.096, com endereço profissional na Avenida Alberto Maranhão, n. 2.377, Sala 102, 1º andar, Condomínio Empresarial Marli Rebouças, Bairro Centro – Mossoró/RN, a quem confere amplos e ilimitados poderes, para o foro em geral, com as cláusulas *ad judicium Et Extra*, a fim de que possa defender os interesses e direito do outorgante perante qualquer Juízo, instância ou Tribunal, repartição pública, autarquia ou paraestatal, propondo ação competente em que o outorgado seja autor ou reclamante ou defendendo quando for réu interessado ou requerido, podendo reclamar, conciliar, desistir, transigir, fazer acordo, recorrer, receber e dar quitação, confessar, requerer, inventário, ou arrolamento, firmar compromisso, prestar declarações, receber citação, igualmente para o fim do disposto nos artigos 447 e 448, do Código de Processo Civil, bem como substabelecer o presente, com ou sem reserva de poderes, se assim lhe convier, e praticando todos os atos necessários para o bom e fiel desempenho deste mandato, dando tudo por bom, firme e valioso, sempre no interesse do outorgante.

Mossoró/RN, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2015.



**OUTORGANTE**

### SUBSTABELECIMENTO

EU, JERONIMO AZEVEDO BOLÃO NETO, brasileiro, casado, advogado, inscrito na Ordem dos advogados do Brasil, do Estado do Rio Grande do Norte com a numeração 12.096, substabeleço sem reserva de poderes a mim outorgados a representação processual de **ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA**, o Bel IGOR HUDSON MELO DE MACEDO, brasileiro. casado, advogado. inscrito na Ordem dos Advogados do Brasil, do Estado do Rio Grande do Norte com a numeração 4.784 e RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL, brasileira, solteira, advogada, Inscrita na Ordem dos Advogados do Brasil do Estado do Rio Grande do Norte, com numeração 11.818, dando por tudo por firme e valioso, especialmente para patrocinar a defesa do outorgante, podendo praticar todos os atos estabelecidos no instrumento procuratório, para os fins necessários.

Mossoró-RN 17 de Maio de 2017

Jerônimo Azevedo B. Neto

OAB RN 12096



## SINISTRO 3160035886 - Resultado de consulta por beneficiário

**VÍTIMA** ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

**COBERTURA** Invalidez

**PONTO DE ATENDIMENTO RECEPTOR DO PEDIDO DE INDENIZAÇÃO** ARUANA  
SEGUROS S/A

**BENEFICIÁRIO** ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

**CPF/CNPJ:** 06627540428

**Posição em 30-11-2017 11:21:55**

Pedido de indenização negado conforme carta enviada ao beneficiário.



ATO DECLARATÓRIO PARA FINS CÍVEIS COM BASE  
NO DECRETO Nº 6.932/2009 ART 3º IN VERBIS



## DECLARAÇÃO

08.0091/2015

### Referência

Local do Sinistro: Avenida Rio Branco

Data: 11/07/2015

Hora: 20h27min

### Vítima(s)

Condutor: Italo Rodrigues Damasceno Oliveira

CPF: 066.275.404-28

RG: 002.188.729

### Características do Veículo (V-1):

Marca: HONDA Modelo: CG 125 FAN Chassi: 9C2JC30707R074511

Placa: NYG8041

Ano: 2007

Cor: PRETA

Proprietário: Alisson Enos Cavalcante Macedo

### Conteúdo da Declaração

Declaro para os devidos fins que se fizerem necessários que o Senhor (a) Italo Rodrigues Damasceno Oliveira acima qualificado, declara que no dia 11/07/2015, aproximadamente 20h27min vinha no citado veículo no endereço acima mencionado quando ao passar na Avenida Rio Branco colidiu com um carro tipo Gol branco, com o impacto sofreu várias lesões e foi conduzido por populares a UPA- Conchecita Ciarlini conforme protocolo de atendimento Nº 126789.

Declaro com base no decreto nº 6.932/2009 Art. 3º in verbis:  
"Quando não for possível a obtenção de atestados, certidões e documentos comprobatórios de regularidade de situação diretamente do órgão ou entidade expedidora, os fatos poderão ser comprovados mediante declaração escrita e assinada pelo cidadão, que, em caso de declaração falsa, ficará sujeito às sanções administrativas, civis e penais aplicáveis".  
"As informações contidas na narrativa do declarante são de sua inteira responsabilidade, sob pena de responder pelo crime do Artigo 299 do Código Penal Brasileiro (Falsidade Ideológica)".

VISTO

~~22 JUL 2015~~

28 AGO 2015

Assinatura Comunicante

Data

10/08/2015

*Italo Rodrigues Damasceno Oliveira*





① 1º Período de  
② Período de  
③ OBS QM -

*Edição*  
21/30

*Dr. Victor Costa*  
Médico  
CRM/RN 7179



# Declaração do Proprietário do Veículo

Eu, Alisson Enos Cavalcante Macedo,  
 RG nº 002470071, data de expedição 19/09/2014  
 Órgão ITEP, portador do CPF nº 066275504-90, com  
 domicílio na cidade de Mossoró, no Estado de  
RN, onde resido na (Rua/Avenida/Estrada)  
Teferio Bulmarque Pardebe nº 1009  
 complemento \_\_\_\_\_, declaro, sob as penas da Lei, que o veículo abaixo

mentionado é(era) de minha propriedade na data do acidente ocorrido com a  
 vítima Italo Rodrigues D. Oliveira cujo o condutor era  
Italo Rodrigues D. Oliveira.

Veículo: HONDA / CG 125 FAN  
 Modelo: 2007  
 Ano: 2007  
 Placa: MYG-6041  
 Chassi: 9C2JC307072074511  
 Data do Acidente: 31/07/2015  
 Local e Data: Mossoró, RN 31/07/2015

Alisson Enos Cavalcante Macedo  
 Assinatura do Declarante

Italo Rodrigues Damasceno Oliveira

Assinatura do Condutor (caso seja um terceiro que não a vítima reclamante do sinistro.)

CARTÓRIO  
 3º OFÍCIO  
 CARTÓRIO  
 3º OFÍCIO

TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS  
 RUA SANTOS DUMONT, 92 - CENTRO - CEP: 59600-170 - MOSSORÓ - RN - FONE / FAX: (84) 3321-4367 / 3321-2296  
 Bel. Francisco Araújo Fernandes - Tabelião  
 Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de ALISSON  
 ENOS CAVALCANTE MACEDO: Mossoró/RN, 31 de julho  
 de 2015.  
 Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.  
 Ecivan Araújo Fernandes  
 Oficial  
 válido somente com o selo de autenticidade N°: AGX 02.4229

TERCEIRO OFÍCIO DE NOTAS  
 RUA SANTOS DUMONT, 92 - CENTRO - CEP: 59600-170 - MOSSORÓ - RN - FONE / FAX: (84) 3321-4367 / 3321-2296  
 Bel. Francisco Araújo Fernandes - Tabelião  
 Reconheço por AUTENTICIDADE a firma de ITALO  
 RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA: Mossoró/RN, 31 de  
 julho de 2015.  
 Em testemunho \_\_\_\_\_ da verdade.  
 Ecivan Araújo Fernandes  
 Oficial  
 válido somente com o selo de autenticidade N°: AGX 02.4230



Num. 16357480 - Pág. 1



# CAIXA

A vida pede mais que um banco

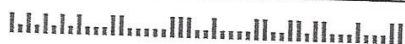
## FAC

9912285689/2011-DR/BSB/SPM  
CAIXA

Correios



02441388



0413 - CTC SANTO ANDRE SPM PL55

DATA DE POSTAGEM: 08/07/2015

ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA  
TIBERIO BURLAMAQUI 909  
PAREDOES  
59618-130 MOSSORO RN



7211307021520420000004169630060715

q-96979391  
q-87214-1454  
q-3314-7814







MINISTÉRIO DO TRABALHO E EMPREGO  
CARTEIRA DE TRABALHO E PREVIDÊNCIA SOCIAL

2ª VIA

Número 4729706 Série 0030-RN



Edo Rodrigues Donato Oliveira  
ASSINATURA DO PORTADOR



VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

REGISTRO 002.188.729 DATA DE EXPEDIÇÃO 19/09/2000

ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

MARCOS ANTONIO OLIVEIRA

MARIA DO SOCORRO DAMASCENO OLIVEIRA

MOSSORO RN

NASCIM 25/12/1987

LA122 F-087 RG-042113

02 CARTORIO

133200 2

José Galvão Silva

SUB-COORD. REGIONAL

LEI Nº 11.711/2008

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RIO GRANDE DO NORTE

SECRETARIA DA SEGURANÇA PÚBLICA

INSTITUTO TÉCNICO DE POLÍCIA

COORDENADORIA DE IDENTIFICAÇÃO

POLEGAR DIREITO

CARTEIRA DE IDENTIDADE

Italo Rodrigues Damasceno Oliveira

REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

MINISTÉRIO DAS CIDADES

DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÂNSITO

CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

NOME ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR UF 002188729 SSP RN

CPF 066.275.404-28 DATA NASCIMENTO 25/12/1987

FILIAÇÃO MARCOS ANTONIO OLIVEIRA

MARIA DO SOCORRO DAMASCENO OLIVEIRA

PERMISSÃO ACC CATHAB

Nº REGISTRO 04428698581

VALIDADE 09/09/2018 1ª HABILITAÇÃO 13/08/2008

OBSERVAÇÕES

A ; EXERCE ATIV REMUNERADA;

Italo Rodrigues Damasceno Oliveira

ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL MOSSORO, RN DATA EMISSÃO 17/09/2013

61630614702

RN701814330

DETRAN/RN (RIO GRANDE DO NORTE)

MINISTÉRIO DA FAZENDA

Secretaria da Receita Federal

CPF

Cadastro de Pessoas Físicas

Número de Inscrição 066 275.404-28

Nome ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

Nascimento 25/12/1987

9-9697-9391

9-8744-1464

3314-7814



## DECLARAÇÃO DE POBREZA

Sr(a) \_\_\_\_\_,  
brasileiro(a), portador(a) do RG nº \_\_\_\_\_ e do CPF nº \_\_\_\_\_,  
residente \_\_\_\_\_ e domiciliado(a) na \_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_, **DECLARA** nos termos da Lei nº 1060/50, que é pobre na forma desta lei, não dispondo de meios que possibilitem a custear as despesas processuais na AÇÃO DE COBRANÇA, perante a Comarca de \_\_\_\_\_. Afirma ainda, ser sabedor(a) das sanções penais, caso a presente não retrate a verdade dos fatos. Nada mais digno de registro, assina o presente.

\_\_\_\_\_/RN, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

*Estalo Rodrigues Tomazino Oliveira*  
DECLARANTE

## DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, Stalo Rodrigues Damasceno Oliveira,

RG nº 2188729, data de expedição 17/09/13, Órgão DETRAN - RN,

CPF nº 066.275.404-28, venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento comprobatório em nome de terceiro:

Logradouro (Rua/Avenida/Praça)	<u>Rua Tiberis Burlamaqui</u>
Número	<u>909</u>
Apto / Complemento	
Bairro	<u>Paredões</u>
Cidade	<u>Monseco</u>
Estado	<u>RN</u>
CEP	<u>59618-130</u>
Telefone de Contato	<u>(84) 3061. 6813</u>
E-mail	<u>conzancazeques@outlook.com</u>

Por ser verdade, firmo-me.

Local e Data: Monseco/RN, 30/09/2015

Assinatura do Declarante: Stalo Rodrigues Damasceno Oliveira

## DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, Italo Rodrigues Damasceno Oliveira, portador da carteira de identidade nº 2188729 e inscrito no CPF/MF sob o nº 066.275.404-28, residente e domiciliado na Rua Tibério Burlamaqui, 909, Cidade Mossoró, Estado RN, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ( ) Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
- (X) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
- ( ) O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

Italo Rodrigues Damasceno Oliveira

Assinatura do declarante  
conforme documento de identificação

Mossoró/RN, 30/09/2015

Local e data





Seguradora Líder - DPVAT

## AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO DO SEGURO DPVAT

Nº DO SINISTRO \_\_\_\_\_

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, Stalo Rodrigues Damasceno Oliveira

PORTADOR(A) DO RG Nº 2188729 EXPEDIDO POR DETRAN - RN EM 17 / 09 / 2013 E

CPF 066275404-28 / CNPJ 00000000-0000-00, PROFISSÃO recusou

E RENDA MENSAL DE R\$ recusou (\*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA Stalo Rodrigues Damasceno Oliveira AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(\*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

Para evitar reprogramação de um pagamento, lembre-se que os documentos abaixo relacionados **não devem**, de forma alguma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício – nos documentos aparecerem termos tais como: INSS ou PREVIDÊNCIA SOCIAL ou Salário ou Funcional.
- Conta Empresarial – nos documentos aparecem termos tais como: CNPJ ou ME, ME (micro empresa) ou LTDA.
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for titular;
- Conta tipo FÁCIL, atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidade Lotéticas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$ 2.000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (neste momento revoga-se a aceitação de proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);
- CPF do beneficiário/vítima inválido ou pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL [www.receita.fazenda.gov.br](http://www.receita.fazenda.gov.br)), bem como o CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistros que não é o mesmo da conta informada para depósito;
- Contas não pertencentes à vítima/beneficiários.

**IMPORTANTE:** Também **não devem** ser apresentados documentos que comprovem os dados bancários com imagem digitalizada/scanner colorido, escritos à mão, por meio de extratos bancários informando a movimentação financeira da conta ou cópia do verso do cartão múltiplo com informação de código de segurança.

PARA CRÉDITO EM CONTA CORRENTE (TODOS OS BANCOS)

Nº do BANCO \_\_\_\_\_ Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_ Nº da CONTA (com dígito, se existir) \_\_\_\_\_

PARA CRÉDITO EM CONTA POUPANÇA (SOMENTE BANCOS BRADESCO, ITAÚ, BANCO DO BRASIL E CAIXA ECONÔMICA FEDERAL)

Nº do BANCO 104 Nº da AGÊNCIA (com dígito, se existir) 3064 Nº da CONTA (com dígito, se existir) 23010-9

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E DOU COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

Mossoró/RN, 30 de Setembro de 2015 Stalo Rodrigues Damasceno Oliveira  
LOCAL E DATA ASSINATURA DO BENEFICIÁRIO



### ATENÇÃO

- O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo à legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.
- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse [www.dpvatsegurodotransito.com.br](http://www.dpvatsegurodotransito.com.br) ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.





FEDERAL VIDA E PREVIDÊNCIA S.A.

Maria



Sucursais: SE/PA/MG/DF/PR/SC/CE/GO/PB/RN/RS/PE/RJ/MA/BA/SP/ES/AL

## AVISO DE SINISTRO DPVAT

## Cobertura Reclamada

( ) Morte (X) Invalidez Permanente ( ) DAMS - Desp.Assist. Médica e Suplementares

Data do Acidente

Nome da vítima <u>Stalo Rodrigues Damasceno Oliveira</u>	Data de nascimento <u>25/12/1987</u>	C.P.F. <u>066.275.404-28</u>
Nome do reclamante ou Corretor <u>Comianca Consultoria</u>	Endereço completo e telefone para contato Rua <u>Tiberio Burlamaqui</u> Nº <u>909</u> Fone (84) <u>3061.6313</u> CEP <u>59618-130</u> Cidade <u>Mossoró</u> Estado <u>RN</u>	
E-mail <u>comiancarosqueiro@outlook.com</u>		

## Documentação básica necessária (Provas do sinistro):

Para todas as coberturas, apresentar os documentos:	Morte (adicionar)	Despesas Médicas (adicionar)	Invalidez (adicionar)
<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Boletim de Ocorrência Policial</b> (original ou cópia autenticada), que descreva como ocorreu o acidente e identifique o veículo (n.º da placa e proprietário), que transportava ou atropelou a vítima. Lembremos que, não são aceitos boletins de ocorrência policial, elaborados em função de simples atos declaratórios de terceiros, que não tenham sido as confirmações de suas ocorrências pela autoridade policial.</li> <li>Cópia frente e verso do <b>DUT</b> do veículo, do ano em que ocorreu o acidente (somente se a vítima ou o seu beneficiário, for o proprietário do veículo).</li> <li><b>Procuração</b> em Cartório, específica para o Seguro DPVAT e assinatura do formulário "Autorização de Pagamento", quando o beneficiário for analfabeto. Em se tratando de procuração por instrumento particular, deverá a firma do outorgante ser <b>reconhecida por autenticidade ou verdadeira</b>.</li> <li>Cópia do <b>R.G. ou Certidão de Nascimento ou Carteira de Trabalho ou Carteira Nacional de Habilitação</b> da vítima, do beneficiário e do procurador (se houver).</li> <li>Cópia do <b>C.P.F.</b> da vítima, beneficiário e do procurador (se houver).</li> <li><b>Declarações simples</b> de residência dos beneficiários e do procurador (se houver).</li> <li><b>Formulário "Autorização de Pagamento/Crédito de Indenização de Sinistro DPVAT"</b>, preenchido e assinado individualmente pelos beneficiários, com os seus dados pessoais. Obter este formulário no site <a href="http://www.regdata.com.br">www.regdata.com.br</a></li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Certidão de Óbito</b> (original ou cópia autenticada).</li> <li><b>Laudo Necroscópico do Instituto Médico Legal</b>, original ou cópia autenticada (somente quando houver dúvidas quanto à causa mortis ou se o óbito ocorreu em data posterior à do acidente).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Relatório médico do primeiro atendimento imediatamente após o acidente</b>, consignando o diagnóstico das lesões diretamente decorrentes do evento e o tratamento proposto para a recuperação da vítima.</li> <li>Originais dos <b>comprovaantes das despesas médicas, hospitalares</b> com discriminação e farmacêuticas acompanhadas dos receiptuários.</li> <li><b>Termo de cessão de direitos</b> passado pela vítima ou seu responsável ao terceiro que pagou as despesas, quando for o caso, conforme modelos definidos pela FENASEG (consulte o nosso site <a href="http://www.sinseg.com.br">www.sinseg.com.br</a>).</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li><b>Laudo do Instituto Médico Legal</b> da jurisdição onde ocorreu o acidente, (original ou cópia autenticada) consignando as lesões apresentadas pela vítima decorrentes do acidente. Caso não haja o Instituto Médico Legal na região onde ocorreu o acidente, apresentar declaração nesse sentido expedida pela Delegacia de Polícia local.</li> </ul>

## Beneficiários do Seguro (cobertura Morte):

De acordo com as Leis 6.194/74 de 19.12.74 e 11482/07 (ex- Medida Provisória 340 de 29.12.2006), os beneficiários do seguro são os seguintes:

## a) ACIDENTES OCORRIDOS ATÉ 28.12.2006

Na constância do casamento (união estável), é o cônjuge sobrevivente, equiparando-se a companheira como tal, observada a legislação previdenciária. Na falta de um e de outro, são beneficiários os herdeiros legais da vítima, conforme dispõe a ordem da vocação hereditária.

## b) ACIDENTES OCORRIDOS A PARTIR DE 29.12.2006

A indenização será paga metade ao cônjuge não separado judicialmente ou companheira (o) devidamente habilitada, e o restante aos herdeiros do segurado, obedecida a ordem da vocação hereditária.

## Documentos básica de habilitação dos beneficiários, observado o parentesco dos mesmos em relação à vítima:

Beneficiário : Cônjuge	<ul style="list-style-type: none"> <li>Certidão de Casamento da vítima, <b>com data atualizada, isto é, extraída do cartório após o óbito</b>.</li> </ul>
Beneficiário(a): Companheiro(a)	<ul style="list-style-type: none"> <li>Prova de companheirismo expedida pelo INSS ou Receita Federal, ou ainda, Carteira Profissional do falecido com o registro de dependência feito pela Previdência Social. Obs.: Somente Alvará Judicial substituirá a falta dos referidos documentos.</li> </ul>
Beneficiário: Ascendentes ou Irmãos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Declaração original prestada por todos os beneficiários, com duas testemunhas devidamente identificadas, e sob as penas da Lei (artigo 299 do Código Penal), informando o estado civil da vítima, que a mesma não deixou companheiro(a) nem filhos, e relacionando os nomes de todos os herdeiros deixados (pais ou irmãos, obedecida esta ordem) – vide modelo da declaração em nosso site.</li> </ul>
Beneficiário: Filhos	<ul style="list-style-type: none"> <li>Declaração original prestada por todos os beneficiários, com duas testemunhas devidamente identificadas, e sob as penas da Lei (artigo 299 do Código Penal), informando o estado civil da vítima, que a mesma não deixou companheiro(a) e relacionando os nomes de todos os filhos deixados. Havendo filho menor de 16 anos, o pai ou a mãe receberá representando-o, desde que um deles (pai ou mãe), também seja um dos beneficiários, caso contrário, apresentar alvará judicial para o pagamento. Vide modelo da declaração em nosso site.</li> </ul>
Beneficiário: Outros	<ul style="list-style-type: none"> <li>Alvará Judicial que determine a quem, onde e como pagar a indenização.</li> </ul>

OBS.: Pede-se observar os documentos necessários para cada tipo de cobertura e a sua apresentação, o que contribuirá para a rápida liberação do pagamento da indenização. Reservamo-nos o direito de requisitar a apresentação de outros documentos, caso seja necessário.

Em caso de dúvidas, consulte o site [www.federalseguros.com.br](http://www.federalseguros.com.br).

Mossoró/RN, 30/09/2015

Local e Data

Stalo Rodrigues Damasceno Oliveira  
Assinatura do reclamante





**Poder Judiciário do Estado do Rio Grande do Norte**

**1ª Vara Cível da Comarca de Mossoró**

---

Processo: 0823822-68.2017.8.20.5106 - [Acidente de Trânsito]

AUTOR: ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

Advogado(s) do reclamante: RAPHAELLA DAYANNA CORTEZ CABRAL

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

## **Decisão**

A presente ação versa sobre Seguro de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre (DPVAT), o que enseja a competência privativa da 6ª Vara Cível desta Comarca de Mossoró.

Assim sendo, declaro a incompetência deste Juízo e determino a remessa ao Juízo da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró.

Remeta-se.

Mossoró, 8 de janeiro de 2018

Assinado eletronicamente por

**EDINO JALES DE ALMEIDA JUNIOR**

Juiz de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP:  
59625-410

[Acidente de Trânsito]

DESPACHO

Considerando a presunção relativa de insuficiência financeira formulada pela pessoa natural (art. 99, § 3º, CPC/15), e tendo em vista que tal afirmação não é incompatível com os fatos narrados e provas produzidas nos autos, concedo à parte autora o benefício da gratuidade judiciária.

À luz do princípio da celeridade e economia processual, incumbindo-nos adotar providências para que o processo tramite com mais agilidade, evitando-se a realização de atos processuais inúteis e improdutivos, bem ainda consoante o que preconiza o Enunciado nº 35 da ENFAM, “além das situações em que a flexibilização do procedimento é autorizada pelo art. 139, VI do CPC/2015, pode o juiz, de ofício, preservada a previsibilidade do rito, adaptá-lo às especificidades da causa, observadas as garantias fundamentais do processo”, determino a citação da parte ré, com as advertências legais, de todos os termos da inicial e documentos que ora a acompanham, a fim de que, no prazo de 15(quinze) dias, querendo, apresente resposta, por meio de advogado, sob pena de serem considerados verdadeiros os fatos aduzidos na inicial, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

Apresentada tempestivamente contestação, intime-se a parte autora para, com relação a esta e no prazo de 10(dez) dias, sob pena de preclusão, dizer sobre as preliminares/documentos que eventualmente tenham sido levantadas/juntados à resposta, bem ainda, acaso requerida a realização de perícia, apresentar, caso ainda não o tenha feito, quesitos e assistente técnico.

Requerida a realização de perícia na contestação, dou por deferida(CPC,

art. 381,II) a produção da referida prova, devendo os presentes autos serem encaminhados ao CEJUSC, através do fluxo “PJE CEJUSC DPVAT”, para os colimados fins.

Perfectibilizada a perícia, apresentado, na ocasião, o laudo pelo perito, devem ser, de pronto, intimadas as partes para, no prazo sucessivo de 30(trinta) dias, manifestarem-se sobre o laudo, sob pena de preclusão, bem ainda, querendo, apresentarem acordo a ser homologado por este juízo ou manifestarem, expressamente, desinteresse na conciliação.

Manifestando as partes interesse na autocomposição, designe-se audiência de conciliação.

Ao revés, manifestando quaisquer das partes expressamente desinteresse em conciliar devem os presentes serem remetidos à unidade jurisdicional de origem.

Havendo interesse de pessoa incapaz(CPC, art. 178, II), dê-vista ao Representante do Ministério Público, pelo prazo de 05(cinco) dias.

Adotadas as supra-expostas providências, voltem-nos conclusos.

Mossoró/RN, 19 de abril de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

Juíza de Direito



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

**CITAÇÃO**

Processo nº 0823822-68.2017.8.20.5106

Ao (À): Sr<sup>o</sup>(Sr<sup>a</sup>):

**Nome: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**  
**Endereço: Rua Senador Dantas, 74, 5 ANDAR, CENTRO, Centro, RIO DE JANEIRO - RJ - CEP: 20031-205**

De ordem do Exmo(a). Sr(a). DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE, Juiz(a) de Direito da 6ª Vara Cível da Comarca de Mossoró, nos autos nº 0823822-68.2017.8.20.5106, em que ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA, move em desfavor de SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A., na forma da lei e em conformidade com o despacho judicial, proferido nos autos do processo acima identificado, fica Vossa Senhoria CITADA para oferecer resposta (pelo portal abaixo descrito e por advogado) ao pedido contido na referida ação, bem como informar se há possibilidade de acordo, tudo no prazo legal de 15 (quinze) dias, devendo, acaso pretenda a realização de perícia técnica, apresentar quesitos, bem ainda indicar o assistente.

**ADVERTÊNCIA:** Não sendo contestada a ação, presumir-se-ão aceitos pela parte ré, como verdadeiros, os fatos articulados pela parte autora.

**Ressalte-se que este processo tramita em meio eletrônico através do sistema PJe, sendo vedada a juntada de quaisquer documentos por meio físico quando houver o patrocínio de advogado.**

É imprescindível que o tamanho de cada arquivo a ser inserido tenha, no máximo, 5,0 Mb (megabytes). O único formato de arquivo compatível com o sistema PJe é o ".pdf".

Assinado digitalmente (Lei nº 11.419/06)

**ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS**

Auxiliar Técnica

Visualização das peças do respectivo processo se dará através das chaves de acesso descritos na tabela abaixo, acessando-as através do sítio do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, no endereço [www.tjrn.jus.br](http://www.tjrn.jus.br) ( *link PJE / Autenticidade de documentos / Consultar nº do documento* ) ou <https://pje.tjrn.jus.br/pje1grau/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam>.

**Documentos associados ao processo**

<b>Título</b>	<b>Tipo</b>	<b>Chave de acesso**</b>
Petição Inicial	Petição Inicial	17122912202062200000015568295
INICIAL NEGADO - ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA	Petição Inicial	17122912133474700000015568803
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).5	Procuração	17122912134675400000015568843
Substalecimentos	Substabelecimento	17122912135724000000015568880
negativa	Outros documentos	17122912150168700000015569092
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).15	Outros documentos	17122912155037200000015569260
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).13	Outros documentos	17122912160736300000015569322
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).14	Outros documentos	17122912161600500000015569345
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).12	Outros documentos	17122912162794700000015569377
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).11	Outros documentos	17122912164162600000015569417
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).10	Outros documentos	17122912173077400000015569593
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).9	Outros documentos	17122912181940800000015569731
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).8	Outros documentos	17122912182947200000015569763
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).7	Outros documentos	17122912185021400000015569827
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).4	Outros documentos	17122912190660600000015569875
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).3	Outros documentos	17122912191822800000015569911
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).2	Outros documentos	17122912192787700000015569944
Italo Rodrigues Damasceno Oliveira (Maria).1	Outros documentos	17122912193991200000015569988
Decisão	Decisão	18010812100338000000016173323



Despacho	Despacho	18041910550417900000018761665
----------	----------	-------------------------------



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carnaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

**CERTIDÃO**

( Com base no art. 6º da Portaria Conjunta nº 016-TJ, de 23 de março de 2018)

CERTIFICO, em razão do meu ofício, que a Citação de ID 30794950 foi disponibilizado no DJE nº 3068877, de 20/08/2018 e conforme resolução nº 034/2007-TJRN, de 18 de outubro de 2007, **PUBLICADO no dia 21/08/2018**, no DJE.

Mossoró/RN, 21 de agosto de 2018

ANGELA DE OLIVEIRA VASCONCELOS

Auxiliar Técnica



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

**Processo nº:** 0823822-68.2017.8.20.5106

**Ação:** PROCEDIMENTO COMUM (7)

**Parte Autora:** ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

**Parte Ré:** SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

**CERTIDÃO**

Certifico que decorreu o prazo, sem manifestação da parte ré.

Mossoró/RN, 30 de outubro de 2018

JOAO BATISTA DE AQUINO JUNIOR

Chefe de Secretaria

**CONCLUSÃO**

NESTA DATA, faço conclusão destes autos.

Mossoró/RN, 30 de outubro de 2018

JOAO BATISTA DE AQUINO JUNIOR

Chefe de Secretaria



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

Processo nº: 0823822-68.2017.8.20.5106

AUTOR: ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **Decisão**

Em certidão retro, foi certificada a ausência de manifestação pela parte demandada, em razão disto, passo às seguintes considerações.

O Tribunal de Justiça do RN, editou a portaria conjunta nº 16/TJ, de 23 de março de 2018a qual instituiu o cadastro de pessoas jurídicas de direito privado, para fins de citação e intimação eletrônica nos processos que tramitam no Sistema Judicial Eletrônico – Pje no âmbito do Poder Judiciário do Estado.

O §1º do artigo 1 da Portaria assim dispõe:

*“Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, é obrigatório que as empresas públicas e privadas, a União, o Estado do Rio Grande do Norte, seus municípios, as entidades da administração indireta, o Ministério público, a Defensoria Pública e Advocacia Pública, efetuem seu cadastro no SISCAD-PJ, caso ainda não tenham órgãos de representação cadastrados no sistema PJs(1º e 2º graus), no prazo de 60(sessenta) dias, para efeito de recebimento de citações e intimações eletronicamente, conforme o disposto nos artigos 246,§§1º e 2º do artigo 270, parágrafo único, do Código de Processo Civil.*

*O §2º prevê que as filiais podem ser cadastradas pela empresa ou entidade matriz.*

Com base nesta portaria, a secretaria unificada desta comarca passou a proceder a citação via Diário da Justiça Eletrônica por volta do dia 13 de agosto de 2018.

Contudo, a empresa demandada SEGURADORA LÍDER, não se encontra cadastrada nos termos da portaria, desta feita, não pode ser portanto penalizada com a decretação da revelia em razão de possível nulidade de citação. Em razão desta situação, foi determinada a expedição de ofício à demandada para providenciar o seu cadastro, bem como encaminhada listagem dos processos onde houveram citações eletrônicas, para que seus causídicos se habilitassem e apresentassem resposta.

Considerando que o ofício enviado foi recebido pela seguradora no dia 08 de novembro de 2018, como comprovado mediante acompanhamento deste gabinete, determino o seguinte:

1) a devolução do processo para secretaria para aguardar o decurso do prazo de vinte dias para as devidas habilitações e cadastro no PJE.

2) em seguida, a intimação via Diário de Justiça Eletrônica, da empresa demandada, para querendo apresentarem contestação no prazo legal.

3) No caso dos processos em que tenham havido já a habilitação e apresentação de resposta, desconsiderar os itens 1) e 2) e fazer a conclusão dos autos.

Publique-se. Registre-se e intimem-se.

MOSSORÓ, 13 de novembro de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE  
5ª Vara Cível da Comarca de Mossoró  
Alameda das Carinaubeiras, 355, Presidente Costa e Silva, MOSSORÓ - RN - CEP: 59625-410

[Acidente de Trânsito]

Processo nº: 0823822-68.2017.8.20.5106

AUTOR: ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **Decisão**

Em certidão retro, foi certificada a ausência de manifestação pela parte demandada, em razão disto, passo às seguintes considerações.

O Tribunal de Justiça do RN, editou a portaria conjunta nº 16/TJ, de 23 de março de 2018a qual instituiu o cadastro de pessoas jurídicas de direito privado, para fins de citação e intimação eletrônica nos processos que tramitam no Sistema Judicial Eletrônico – Pje no âmbito do Poder Judiciário do Estado.

O §1º do artigo 1 da Portaria assim dispõe:

*“Com exceção das microempresas e das empresas de pequeno porte, é obrigatório que as empresas públicas e privadas, a União, o Estado do Rio Grande do Norte, seus municípios, as entidades da administração indireta, o Ministério público, a Defensoria Pública e Advocacia Pública, efetuem seu cadastro no SISCAD-PJ, caso ainda não tenham órgãos de representação cadastrados no sistema PJs(1º e 2º graus), no prazo de 60(sessenta) dias, para efeito de recebimento de citações e intimações eletronicamente, conforme o disposto nos artigos 246,§§1º e 2º do artigo 270, parágrafo único, do Código de Processo Civil.*

*O §2º prevê que as filiais podem ser cadastradas pela empresa ou entidade matriz.*



Com base nesta portaria, a secretaria unificada desta comarca passou a proceder a citação via Diário da Justiça Eletrônica por volta do dia 13 de agosto de 2018.

Contudo, a empresa demandada SEGURADORA LÍDER, não se encontra cadastrada nos termos da portaria, desta feita, não pode ser portanto penalizada com a decretação da revelia em razão de possível nulidade de citação. Em razão desta situação, foi determinada a expedição de ofício à demandada para providenciar o seu cadastro, bem como encaminhada listagem dos processos onde houveram citações eletrônicas, para que seus causídicos se habilitassem e apresentassem resposta.

Considerando que o ofício enviado foi recebido pela seguradora no dia 08 de novembro de 2018, como comprovado mediante acompanhamento deste gabinete, determino o seguinte:

1) a devolução do processo para secretaria para aguardar o decurso do prazo de vinte dias para as devidas habilitações e cadastro no PJE.

2) em seguida, a intimação via Diário de Justiça Eletrônica, da empresa demandada, para querendo apresentarem contestação no prazo legal.

3) No caso dos processos em que tenham havido já a habilitação e apresentação de resposta, desconsiderar os itens 1) e 2) e fazer a conclusão dos autos.

Publique-se. Registre-se e intimem-se.

MOSSORÓ, 13 de novembro de 2018.

DANIELA ROSADO DO AMARAL DUARTE

JUÍZA DE DIREITO EM SUBSTITUIÇÃO LEGAL  
(documento assinado digitalmente na forma da Lei nº 11.419/06)



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva

Mossoró-RN CEP 59625-410

Processo nº: 0823822-68.2017.8.20.5106

Ação: PROCEDIMENTO COMUM (7)

Parte Autora: ITALO RODRIGUES DAMASCENO OLIVEIRA

Parte Ré: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

### **CERTIDÃO**

Certifico que decorreu o prazo de 20 (vinte) dias sem que a parte ré tenha se habilitado nos autos do presente feito. Outrossim, conforme Decisão de ID 34691752, remeto os presentes para proceder a intimação da requerida via DJE.

O referido é verdade; dou fé.

Mossoró/RN, 05 de abril de 2019

ANTONIO CEZAR MORAIS

Chefe de Secretaria





PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE

Secretaria Unificada Cível da Comarca de Mossoró

Alameda das Carinaubeiras, 355, 4º andar, Presidente Costa e Silva, Mossoró-RN

PROCESSO N 0823822-68.2017.8.20.5106

### **CERTIDÃO**

CERTIFICO que a decisão retro foi disponibilizada no DJE nº 03291118, de 15/04/2019 e, conforme resolução nº 034/2007-TJRN, **PUBLICADO no dia 16/04/2019.**

MICHELY SYONARA LIMA FERNANDES

Auxiliar Técnico(a)